

O SR. ALTAIR MORAES - PRB - Sr. Presidente, uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL NISHIKAWA - PSL - É regimental, Vossa Excelência.

O SR. ALTAIR MORAES - PRB – PARA COMUNICAÇÃO - Então, só esclarecendo em relação ao que a deputada Janaina falou. Concordo que tem que haver vários programas assim, e acho muito válido, de verdade. O que eu penso, e coloquei minha opinião, e vou falar novamente, são as frustrações de outras crianças. Eu tive relato de pessoas, crianças saindo chorando, absurdamente chorando.

É difícil trabalhar na cabeça de uma criança em relação a essas coisas, mas acho válido. Para contar uma historinha rápida aqui, deputada, dois jovens estavam passeando em uma praia e tinham várias estrelas do mar morrendo, mas muitas, e um começou a voltar e jogar para dentro do mar. O outro disse assim: "impossível, você não vai salvar todas elas". Ele pegou uma na mão, jogou no mar e disse: "mas esta aqui está salva".

Então, acho que tudo é válido, mas fica meu questionamento ainda. Acho que também tem que ser muito bem trabalhado na cabeça dessas crianças, porque, realmente, é muito frustrante. Elas vão, desfilam, passeiam, e quando não são adotadas é uma frustração muito grande, mas acho válido sim. A gente tem que ter mais ações para que esses pré-adolescentes - poderíamos dizer assim - sejam realmente resgatados. É de uma grande importância.

Eu acho que quando não tem pai, não tem abrigo, não tem família, a dor é grande em qualquer época da vida, em qualquer fase da vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL NISHIKAWA - PSL – Vamos passar ao Grande Expediente.

\*\*\*

- Passa-se ao

## GRANDE EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de utilizar a tribuna pelo Art. 82 do Regimento Interno, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL NISHIKAWA - PSL - É regimental. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, eu realizei, o nosso mandato realizou uma audiência pública, nesta semana ainda, em defesa do Instituto e Hospital Emílio Ribas, que é um grande centro de referência, não só em São Paulo, não só no Brasil, mas na América Latina e no mundo.

É um centro de referência de combate a várias epidemias. É um instituto que já existe há 139 anos e está sendo praticamente sucateado e degradado pela falta de investimento governamental, e nós ficamos impressionados e chocados com os relatos feitos por paciente, por médicos, por estudantes de medicina, por pesquisadores, da situação de abandono, Sr. Presidente.

Uma reforma foi feita. Começou a ser efetuada e foi abandonada. Ela está há três anos, quase, parada, com a previsão de durar mais três anos ainda. Ela só vai ser concluída em 2022. Leitos foram fechados, não tem mais remédios. Um caos absoluto. Essa é a situação hoje do Emílio Ribas.

Inclusive, uma médica organizou um grande abaixo-assinado. Eu tenho até aqui, eu gostaria de mostrar: SOS Emílio Ribas. O hospital precisa de ajuda urgente da Secretaria de Educação. Olhem: mais de 215 mil pessoas assinaram a petição online. Eu até queria mostrar. A câmera pode filmar para o telespectador, Sr. Presidente?

\*\*\*

- É feita a exibição de abaixo-assinado.

\*\*\*

Esse é um abaixo-assinado online: 215 mil pessoas sensibilizadas com a defesa e com o resgate do Instituto Emílio Ribas. Como eu disse, é um centro e excelência e de combate a várias epidemias. Ele está sendo destruído, Sr. Presidente. É muito grave a situação, não tem investimento. Estamos tomando várias providências em relação a isso. Estou acionando o Tribunal de Contas do Estado por conta da reforma que foi abandonada: tem indícios de superfaturamento.

E estou tomando outras providências: acionando a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, juntamente com o deputado José Américo, que participou, fez uma intervenção importante e também está nesse movimento. E outros deputados. Mas quero ler um trecho do abaixo-assinado, dando conta dessa situação. Só vou ler um trecho que diz o seguinte:

"Mesmo com toda a dedicação dos médicos e funcionários, o Instituto sofreu uma reforma superfaturada e atrasada, que se iniciou em 2014, fechando metade dos leitos, e hoje está com previsão de término para 2022! Estamos trabalhando em condições desumanas, na sujeira, com papelão nos pisos, sem remédios essenciais, como: dipirona, sulfá e até antissépticos!

No último mês, leitos de internação foram fechados e o setor de patologia (essencial para diagnósticos) está em processo de fechamento por falta de funcionários. Estamos sendo ignorados pela Secretaria da Saúde do Estado e precisamos de ajuda!"

Ou seja, o Emílio Ribas pede socorro para o Estado de São Paulo e para a Assembleia Legislativa.

Vamos tomar providências, mas precisamos da intervenção do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual, da nossa Comissão de Educação. E precisamos de todo o engajamento da população. Porque conhecemos essa prática do PSDB de São Paulo, de precarizar os equipamentos públicos, os serviços públicos, para depois privatizar. Essa é a lógica do PSDB em São Paulo. Foi assim com vários equipamentos, com as empresas estatais.

Estamos assistindo a um show de horrores: de privatizações, de PPP, de concessões. Todo dia chega um projeto para privatizar algum equipamento público. Já teve a privatização de empresas estatais pelo Projeto de lei nº 1, de 2019. Nesta semana foi votado o Projeto de lei nº 91, de 2019, que privatizou o Ginásio do Ibirapuera: todo aquele complexo histórico foi privatizado. É um absurdo, Sr. Presidente.

Agora estão discutindo e na terça-feira a Assembleia votará - com o nosso voto contrário e a nossa obstrução - o Projeto de lei nº 183, de 2019, que privatiza o Zoológico e o Jardim Botânico. Chegou mais um projeto que está tramitando, do governo Doria, que privatiza a Dersa. Enfim, vai privatizar os presídios, rodovias, aeroportos estaduais. É um show de horrores de privatizações.

É a famosa privatária tucana, que também ataca os nossos hospitais, que estão quase todos já entregues para a iniciativa privada através dessas organizações sociais de caráter privado. Agora estão atacando, também, esse instituto importante que é o Instituto Emílio Ribas. Então pedimos que a população pressione o governador Doria para que o Emílio Ribas não seja fechado, sucateado, degradado e precarizado.

É importante que as pessoas assinem essa petição online porque vamos resistir, Sr. Presidente. Esse instituto é um patrimônio, não só do estado de São Paulo, mas do Brasil e de toda a América latina. É um centro de referência de combate às epidemias. E também um centro de pesquisa e de formação de médicos que atuam nessa área.

Sr. Presidente, faço esse apelo aos 94 deputados e deputadas para que pressionem o governo a investir, a tirar o Emílio Ribas da UTI.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria ainda, só para concluir, fazer uso da palavra pelo Art. 82, pela liderança da Minoria, de mais um tempo.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL NISHIKAWA - PSL - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela vice-liderança da Minoria.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, mais um tema que eu gostaria de abordar também importante.

Nesta semana, também, nós recebemos no Colégio de Líderes e também organizei uma audiência pública aqui com os diretores e supervisores de ensino, que há muito reivindicam o cumprimento da Constituição Federal, o cumprimento da LDB, o cumprimento de uma lei federal aprovada em 2008 e, ainda mais, o cumprimento de um acórdão de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, o cumprimento de um direito básico que é o direito à aposentadoria especial do magistério.

Diretores e supervisores de ensino são integrantes da carreira do Magistério. E pela lei, por toda essa legislação que eu citei mais a decisão do Supremo, esses profissionais têm direito à aposentadoria especial.

O estado de São Paulo nega esse direito, afronta toda a legislação porque a PGE emitiu há muitos anos um parecer basicamente proibindo, dizendo que tem que ter uma lei complementar. Isso é um absurdo. Primeiro que esse direito é auto-aplicável. Mesmo assim, Sr. Presidente, eu apresentei, então, um projeto de lei que já foi aprovado em todas as comissões; todas as comissões aprovaram. Inclusive, o plenário aprovou um requerimento de urgência para que o projeto seja votado imediatamente. No entanto, o governo vem obstruindo, o projeto não entra em votação. Desde o ano retrasado que a gente tem tentado isso. E o PSDB, o governo tucano obstrui, obstrui, obstrui a votação, a possibilidade, na verdade, nem a votação porque ele não entrou na votação, mas a possibilidade do projeto ser aprovado, como nós aprovamos o PLC nº 1, que garante aposentadoria especial para os professores readaptados. Eu apresentei esse projeto dos professores readaptados em 2013 e no mesmo dia eu apresentei o PLC nº 2, para os especialistas, diretores e supervisores. Aprovamos os dos readaptados que hoje têm direito, foi sancionado pelo ex-governador Márcio França. Agora nós estamos nessa luta, Sr. Presidente.

Então, nós apelamos aqui para que esse parecer seja alterado, porque não tem sentido um parecer, uma orientação totalmente equivocada contra o magistério, contra os profissionais da Educação, contra os especialistas da Educação, contra os gestores escolares.

Então, nós pedimos primeiro que esse parecer seja modificado, porque ele afronta, esse parecer não é maior do que a Constituição Federal. Um parecer não pode afrontar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que é uma lei federal. Esse parecer não pode, em hipótese alguma, afrontar uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Então, o estado de São Paulo está fora da lei, está afrontando a legislação.

Por isso eu peço, presidente, o cancelamento, a alteração desse parecer ou a aprovação do nosso PLC nº 2 para resolver essa situação. O projeto está pronto para ser votado e resolver definitivamente a situação. Muitos estados e muitos municípios já concedem, já reconhecem esse direito. Essa já é uma questão superada em vários municípios e estados. Por exemplo, a prefeitura de São Paulo reconhece, respeita a Constituição, a LDB e a decisão do Supremo. Os supervisores de ensino e os diretores da Rede Municipal de Ensino têm esse direito da aposentadoria especial reconhecido, porque eles são integrantes da carreira do Magistério. Foi uma luta do Sinesp, dos profissionais da Educação, o sindicato lutou e conseguiu. E aqui nós temos a Judá também, da Apase, da Udemo, que são duas entidades que representam esses dois segmentos que eu citei. Estão pressionando também.

Mas o Governo continua nesse processo de obstruir a entrada de votação do nosso projeto, Sr. Presidente. Então, faço esse apelo, peço ajuda, novamente, aos 94 deputados e deputadas. Não é privilégio: a aposentadoria especial do Magistério é uma conquista histórica dos profissionais que atuam no ensino, na aprendizagem, que dão uma importante contribuição para o desenvolvimento do Brasil. Então, gostaria de fazer esse apelo, Sr. Presidente, ao governador, à PGE - Procuradoria Geral do Estado -, e, sobretudo, aos deputados e deputadas para que nós possamos aprovar o nosso PLC 2, de 2013, que garante a aposentadoria especial para os especialistas, os gestores escolares, diretores e supervisores de ensino.

Na nossa audiência pública, Sr. Presidente, para concluir, e também durante a nossa reunião no Colégio de Líderes, com uma comissão de supervisores e de diretores, nós também reivindicamos e exigimos o concurso de remoção. Não foi aberto o concurso de remoção nem para os especialistas diretores de escolas, e nem para os agentes de organização escolar, que também estão na mesma situação.

Então, além da aposentadoria especial, nós estamos também exigindo que o Governo, que a Secretaria da Educação abra, em caráter de extrema urgência, o concurso de remoção para os agentes de organização escolar, para o quadro de apoio escolar, e para os diretores de escolas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL NISHIKAWA - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 47 minutos.

\*\*\*

## 10 DE JUNHO DE 2019 59ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidência:** GILMACI SANTOS

**Secretaria:** LECI BRANDÃO

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - LECI BRANDÃO

Discorre sobre o PL 435/19, que garante às gestantes a possibilidade de optar pelo parto cesariano, sob determinadas condições. Questiona a celeridade da tramitação da matéria. Propõe que se façam mais debates a respeito da propositura, envolvendo toda a sociedade. Menciona projetos, de sua autoria, que tratam do combate à violência obstétrica. Defende o diálogo entre os parlamentares.

3 - CORONEL NISHIKAWA

Informa que representará esta Casa em visita do embaixador do Quênia à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Pede que o Poder Público dê atenção às necessidades da região do Grande ABC, as quais apresenta. Cobra do governo estadual a concessão de reajuste salarial aos policiais. Expressa seu apoio ao PL 435/19. Rebate críticas feitas ao presidente Jair Bolsonaro.

4 - MAJOR MECCA

Presta homenagem a um coronel, da Polícia Militar, falecido recentemente, a cujo velório compareceu. Tece considerações sobre o índice de suicídios entre os agentes da Segurança Pública. Descreve as dificuldades financeiras e psicológicas enfrentadas por tais servidores. Exige que o governo estadual dê maior atenção ao problema, sobretudo por meio da recomposição salarial.

5 - ENIO LULA TATTO

Comenta reportagem acerca de mensagens eletrônicas atribuídas ao ministro da Justiça, Sérgio Moro, e a outros juizes e promotores da operação Lava Jato. Argumenta que o fato comprova que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi preso injustamente. Considera que a prisão teve por objetivo impedi-lo de disputar as eleições majoritárias de 2018. Tece críticas ao governo Bolsonaro.

6 - CORONEL NISHIKAWA

Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Enio Lula Tatto. Defende o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Sérgio Moro. Discorre sobre a história do PT.

7 - TENENTE NASCIMENTO

Pondera a respeito das consequências que a reforma da Previdência, se aprovada, teria sobre a carreira dos policiais, impedindo a averbação de tempo de contribuição na iniciativa privada. Dá conhecimento de medidas que tomou, no âmbito de seu mandato nesta Casa, acerca do tema. Ressalta que fez indicações ao governo estadual, apontando o problema e sugerindo soluções.

8 - ADALBERTO FREITAS

Discorda do pronunciamento do deputado Enio Lula Tatto quanto ao ministro Sérgio Moro, a quem defende. Afirma que os responsáveis pelo vazamento das mensagens eletrônicas atribuídas a Moro e a procuradores da operação Lava Jato têm o intento de desestabilizar o governo federal. Acusa o PT de não estar aberto ao diálogo e de não respeitar a Justiça e as instituições.

9 - GIL DINIZ

Faz coro às palavras do deputado Adalberto Freitas. Afirma que o ministro Sérgio Moro e o promotor Deltan Dallagnol foram vítimas de crime, ao ter mensagens eletrônicas vazadas. Acusa o jornalista Glenn Greenwald, fundador do veículo responsável pela divulgação das mensagens, de ser um agente político. Menciona escândalos de corrupção envolvendo o PT. Apoiá a operação Lava Jato.

10 - ENIO LULA TATTO

Reitera seu pronunciamento anterior sobre o ministro Sérgio Moro. Diz que o PSL foi beneficiado pela prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lê e comenta reportagem acerca das mensagens trocadas entre Moro e o promotor Deltan Dallagnol. Considera que houve uma articulação entre a mídia e membros do Judiciário para tirar o PT do governo federal.

11 - GIL DINIZ

Para comunicação, responde ao deputado Enio Lula Tatto. Alude a diversos escândalos de corrupção envolvendo o PT e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - ENIO LULA TATTO

Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Gil Diniz. Tece elogios aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

13 - JANAINA PASCHOAL

Faz referência às discussões em torno do PL 435/19, de sua autoria, que garante às gestantes o direito de escolher a via de parto, em certas circunstâncias. Lamenta que haja tentativas de convencê-la a retirar o projeto de pauta. Discorre sobre algumas sugestões que recebeu, as quais, a seu ver, fogem ao escopo da propositura. Questiona as razões das deputadas que são contrárias à matéria. Afirma que ela tem a finalidade de garantir direitos básicos às mulheres mais carentes. Cita mensagens, acerca do tema, que lhe foram enviadas.

14 - GIL DINIZ

Pelo art. 82, manifesta seu apoio ao PL 435/19, de autoria da deputada Janaina Paschoal. Lê e comenta reportagens sobre o assassinato de uma criança, cometido no Distrito Federal pela mãe da vítima e sua companheira. Apresenta detalhes do crime. Diz que a grande mídia evitou noticiar o fato.

15 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Relata episódio, ocorrido em escola no interior de São Paulo.

16 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, comenta o caso citado pelo deputado Gil Diniz. Avalia que a mídia não deu atenção ao crime por ele ter sido cometido por um casal homossexual.

17 - GIL DINIZ

Para comunicação, ressalta que não fará generalizações por conta do crime mencionado. Defende a punição severa das responsáveis pelo assassinato.

18 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, justifica emenda que apresentou ao PL 491/19, de autoria da deputada Erica Malunguinho. Declara que é preciso respeitar a infância.

19 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

20 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 11/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, às 19 horas de hoje, para o "Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ ". Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

\*\*\*

- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida a nobre deputada Leci Brandão para ler a resenha do expediente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - Sr. Presidente, temos aqui uma indicação da deputada Valeria Bolsonaro para que se determine aos órgãos competentes a prestação de ajuda e o envio de recursos ao município de São Sebastião, em São Paulo, que declarou situação de emergência no dia 20 de maio de 2019, Decreto nº 7.492, de 2019, devido às fortes chuvas que caíram naquele município.

Há também uma indicação do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor para determinar ao órgão competente a liberação de recursos financeiros no valor de 100 mil reais para reforma e investimento em equipamentos médico-hospitalares para a Santa Casa de Misericórdia do município de Cesário Lange.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Muito obrigado, deputada Leci Brandão, pela leitura da resenha.

Vamos iniciar o nosso Pequeno Expediente convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Leci Brandão, com a palavra neste Pequeno Expediente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCDoB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Excelentíssimo Sr. Presidente Gilmaci, deputadas e deputados, assessores desta Casa, público que nos assiste, assessoria militar, eu sei que está na pauta desta Casa e tem sido bastante discutido nos últimos dias o Projeto nº 435, de 2019, em regime de urgência, que tem sido tão debatido aqui.

Fiz questão de vir a esta tribuna para falar sobre esse projeto, porque eu sempre prezei pelo diálogo. Acho que o diálogo é fundamental. Como defensora das causas das mulheres, entre elas a Saúde e a luta contra a violência obstétrica, não posso deixar de mostrar a minha estranheza em relação a esse processo de discussão e ao debate desse projeto de lei.

O projeto não passou pelas comissões de Justiça, de Saúde e, em especial, pela Comissão das Mulheres, que foi constituída justamente para debater a responsabilidade dos assuntos tão importantes quanto esse. Além disso, pela importância e impacto na vida das mulheres e de seus filhos, eu acredito ser necessária a discussão na sociedade.

Eu acho que as coisas têm que ser mais debatidas. Temos que ouvir mais autoridades sobre essa pauta porque o nosso mandato desde 2013 apresenta projetos relacionados a essa temática. O primeiro foi o 250/2013, que dispõe que maternidades da rede pública e privada do estado ficam obrigadas a permitir a presença das doulas sempre que solicitadas pela parturiente.

Em 2015, nós apresentamos os Projetos de lei nº 436 e nº 437. O primeiro dispõe sobre a obrigatoriedade da universalização da aplicação de normas de saúde atinentes ao parto e nascimento. O segundo institui o Pacto Social para Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento em todos os estabelecimentos de saúde.

Apresentamos, ainda, o PL 440/2016, que institui a Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes, e o PL 1130/2017, que dispõe sobre a prevenção da violência obstétrica no âmbito da assistência perinatal. Esses projetos estão tramitando nesta Casa há anos e eu pergunto por que não foram colocados para serem votados? Estão todos na Ordem do Dia, todos que eu citei.

E veja bem, a morosidade em relação a essas propostas que têm como objetivo garantir a saúde e a segurança das mulheres e dos bebês na hora do parto ainda são propostas que vão ao encontro do que orienta a Organização Mundial de Saúde, que vem alertando quanto ao número excessivo de cesáreas em nosso País.

Eu quero encerrar apenas ressaltando que temos muitos projetos importantes nesta Casa, alguns deles relacionados a esse tema que está sendo tão discutido. Eu acho que a gente precisa unir os nossos esforços para fazermos uma legislação que realmente proteja as mulheres e seus filhos.

Eu sei que existe um grande número de deputados desta Casa de todas as siglas partidárias que estão querendo discutir o projeto de lei da nobre deputada Janaina Paschoal e a gente evidentemente também está dentro desse grupo.

Vamos ter reuniões ainda essa semana para podermos chegar a uma conclusão, chegar a um consenso de que todos os projetos de lei têm que passar pelas comissões e não pode ser uma coisa assim meio atabalhoada, apressada, regime de urgência, enfim.

A gente quer que todos os projetos tenham a mesma condução, o mesmo tratamento. Afinal de contas, o nosso projeto de 2013, pronto para a Ordem do Dia, não foi colocado ainda para votação. Será que é porque a minha bancada é pequena? Será que é porque as pessoas não concordam com ele? A gente precisa saber e fica parecendo que a gente não fez o dever de casa.

Fica parecendo que estamos alheios a esta discussão, mas a gente está seguindo, respeitando o regime da Casa. Eu só quero chamar atenção que eu não quero ser prejudicada pelo fato de ter uma bancada... A bancada sou eu. O PCDoB só tem uma deputada. Gostaria depois de saber, inclusive, a opinião das companheiras. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - PRB - Obrigado, nobre deputada Leci Brandão. Convidamos agora o nobre deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa, tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Boa tarde a todos, pessoal da galeria, assessorias, nobres deputados presentes na Casa, Sr. Presidente. A primeira notícia que queremos dar é que amanhã estarei representando a nossa Assembleia, acompanhando o embaixador do Quênia Lá na Esalq, a Escola Superior de Agricultura, em Piracicaba.

O desejo deles é que haja um intercâmbio no agronegócio e me procuraram para que eu pudesse representá-los. Com muita satisfação e honra, representaremos a nossa Casa junto à embaixada do Quênia.

Dito isto, vou repetir, novamente, tudo o que temos feito todos os santos dias aqui. Sobre o metrô, Sr. Governador, hoje saiu no Diário do Grande ABC que o Estado já fez um estudo sobre o modal adequado para a nossa região, que seria o monotrilho. Então, eu acho que seria de bom alvitre escolher esse modal e implantar na nossa região, que é o que deverá atender à demanda de passageiros, necessitando um modal novo, um transporte novo para a gente escoar o trânsito de pessoas que querem vir para a capital e vice-versa.

Outra coisa que eu tenho insistido é sobre um heliporto do nosso Águia, do policiamento aéreo no ABC. Lá, para quem não conhece, acho que é do conhecimento de todos, temos corredores de trânsito, de rodovias, que cortam a nossa região, o sistema Anchieta-Imigrantes, hoje acrescentado o Rodoanel. Acidentes constantes, assaltos constantes. É uma região de importância vital para a nossa economia.

O ABC tem em torno de três milhões de habitantes - dois milhões e 200 mil, mais ou menos, eleitores - que pedem socorro na área de Segurança e Saúde, como todo mundo deve estar preocupado com esse tipo de problema que surge no dia a dia.

Sobre o nosso aumento, Sr. Governador, o pessoal tem me procurado para que, pelo menos, o senhor anuncie o índice de aumento para o ano que vem, já que o senhor disse que esse ano não tem condições de ser dado. Precisamos de uma resposta para que possamos dar a nossa tropa, ao pessoal que pertence à Segurança Pública.

Outra coisa que temos aqui discutido é a emancipação do Corpo de Bombeiros. Eu sou favorável à emancipação do Corpo de Bombeiros, gostaria de deixar claro. Eu sei que existem opiniões contrárias, porém, a minha é de emancipação.

Outra coisa que temos notado neste plenário é o pessoal falando do governo Jair Bolsonaro. A gente só tem ouvido críticas, só que, em cinco meses de governo, não há o que fazer. O que foi feito ou desfeito em 24 anos de governo... E a gente tem notado que só tem crítica. Todo dia ou tem alguém fazendo crítica a respeito das medidas, do que foi feito, ninguém está esperando resultado. Antes de ver o resultado, o pessoal está criticando.

Então, gostaria de deixar bem claro, é uma opinião particular minha, de que a gente deve dar oportunidade para todos aqueles que assumem um cargo recentemente. Assim como nós, aqui, estamos há três meses, três meses e pouco, não temos capacidade de aprovar ou desaprovar qualquer lei.

Quanto à lei da Dra. Janaina, eu sou a favor. A gente tem visto que é uma opção. E é o primeiro projeto de deputado que está entrando nesta Casa. Respeito a opinião da Deputada Leci, entretanto, esse tema é discutido quase que diariamente, há muito tempo que a gente ouve.